

Abertura não chegou à política econômica

Da sucursal de
BRASÍLIA

Nada de novo sob o sol. Às vésperas de anunciar novo pacote econômico, o governo não trocou de figurino. Como sempre, as decisões se tomaram no recôndito dos gabinetes da tecnocracia, isoladamente e sem consultas à Nação. Os empresários não foram ouvidos, mas, no máximo, estão sendo participados. E só os amigos. Com o Congresso, nem os amigos: ele continua de fora, corpo estranho no universo oficial de um astro só. Deputados e senadores poderão receber algum projeto para votar a toque de caixa, se a tanto condescenderem os donos do poder e se não adotarem, de novo, passes de mágica em condições de alterar por decreto a política tributária. Diz a lei que a criação de novos impostos é atribuição do Legislativo, mas como as coisas não mudaram...

Também o PDS deixou de ser consultado. O partido está sempre às vésperas de compartilhar as responsabilidades de governo, mas dessa situação não sai. José Sarney participa tanto quanto Ulysses Guimarães. Mesmo no Ministério, quantos ministros vão conhecendo pelos jornais os pormenores das novas medidas, soprados por diligentes informantes?

Mas não é apenas na forma que o modelo se repete. No fundo também, pois novamente os detentores do poder são obrigados a empacotar a Nação, recorrendo a medidas extremas. No mínimo, fica evidente o malogro de iniciativas anteriores. Certamente dirão, também, "que desta vez se adota a solução definitiva para a crise, podendo a Nação esperar melhores dias, a partir de agora".

Uma vez mais a sociedade se vê ignorada, ainda que sobre ela devam recair ônus e consequências de novas experiências econômicas. Sob esse aspecto, continuamos divididos entre cidadãos de primeira e cidadãos de segunda classe. Aqueles, os que mesmo sem mandato legítimo assumem a condição de tutores. Estes, todos nós, reduzidos a incapacidade pior que a do Código Civil, pois ao menos os menores, os silvícolas e a mulher casada podem atuar por intermédio de seus representantes legais.

Por isso, ontem, era de depressão o clima na Capital Federal. No Congresso, nos partidos e nas sucursais das associações de classe, pelos motivos referidos. E no governo, também, por conta do que ninguém nele admite de público, mas que, reservadamente, constitui tema de todas as horas: será que agora vai dar certo?

A chave para o enigma pode estar precisamente nisso. Não tem dado certo porque tudo se faz à revelia da Nação. Em segredo, de cima para baixo, sem considerações ao pensamento e à vontade geral. A abertura política obteve sucesso porque não aconteceu como ato do trono, mas pela integração da sociedade, mesmo estimulada por decisões do presidente da República. Por muitos meses, a anistia foi discutida e debatida, assim como a volta às eleições diretas, nem se falando da realização das próprias. Houve participação em cada uma das etapas já desenvolvidas no plano institucional.

Tem sido o contrário no plano econômico-financeiro. Em segredo, o governo produz as mais profundas mutações, como em segredo, por exemplo, negociou com o Fundo Monetário Internacional e agora chega ao elenco a ser anunciado até quar-

ta-feira. Ninguém se sente parte em contrato assim, e, por isso, obviamente que entre outras razões, têm fracassado todas as iniciativas. Tomem-se casos variados no tempo e no espaço. A recuperação da Alemanha e do Japão, depois da última guerra, mesmo sob ocupação militar estrangeira, não se teria feito sem a mobilização da vontade de japoneses e alemães. Ainda agora, nos Estados Unidos, o reequilíbrio da economia ocorre em meio a amplo debate, onde até a pressão dos desempregados constitui fator essencial. O empresariado, os sindicatos, o Congresso e quantos segmentos sociais existam são chamados a opinar, a divergir e a apresentar sugestões que o governo Reagan, sem abrir mão de sua autoridade e de seu vasto poder, segue sem pestanejar. Opiniões são contrariadas, é claro, mas o produto final emerge do consenso possível.

Pouco importa se o ministro Leidão de Abreu opõe restrições a certas propostas do ministro Delfim Netto ou se o ministro Octávio Medeiros se situa em posição cada vez mais crítica diante da política econômico-financeira. É tudo coisa deles, ou coisa nostra, iluminados que se pretendem. O resultado não pode ser outro senão a escuridão.

Vão aumentar a alíquota do Imposto de Renda sobre ganhos de capital, vão ampliar os descontos na fonte do Imposto de Renda, vão taxar as operações no open, vão reduzir os subsídios ao trigo, ao petróleo e à agricultura, como o Imposto sobre Operações Financeiras. Vão até cobrar o imposto-calamidade, mas em nome de quem? Baseados em que argumentos e opiniões, a não ser os discutíveis cálculos feitos e refeitos todos os meses na Seplan por conta do malogro dos anteriores?

A abertura não chegou à economia, e por isso a economia não funciona. De tão clara, a constatação surge acadiana, partilhada por todos. Por todos? Menos pelo governo, que continua a se comportar como se nada devesse à opinião pública, incapaz de mudar a mentalidade absolutista de duas décadas. Acometido por essa espécie de vício de origem, cambaleia de pacote em pacote.

Uma evidência a mais para demonstrar o hiato entre a Nação real e a Nação formal verificava-se ontem. Enquanto em todos os setores a perplexidade dominava, entre reclamações diante da marginalização, no Palácio do Planalto um único tema prendia os cuidados de seus inquilinos: o presidente da República deve ou não deve, pessoalmente, anunciar as novas medidas? Em favor da primeira hipótese está a cúpula econômico-financeira, como estão nossos credores, lá fora, ávidos por ter o general João Figueiredo diretamente comprometido com mais um esforço de superação da crise. Exatamente por esses argumentos estão os que, como o ministro Leidão de Abreu e o ministro Octávio Medeiros, entendem deva ser preservada a figura do presidente. Raciocínio, aliás, que pode revelar algum fogo sob a fumaça...